ISSN: 2358-8829

PSICOPEDAGOGIA, TEA E JUSTIÇA SOCIAL: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DE ESTUDOS DE CASOS CLÍNICOS

Natanielly de Paula Freitas [1]
Aline Fernanda Ventura Sávio Leite [2]
Antonio Henrique Coutelo de Moraes[3]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, fundamentada nos direitos humanos e na justiça social, exige práticas pedagógicas e psicopedagógicas comprometidas com a equidade, especialmente no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujas singularidades demandam intervenções contextualizadas. Nesse sentido, a psicopedagogia destaca-se como campo de mediação dos processos de aprendizagem, articulando desenvolvimento, ensino e inclusão. Nesse sentido, a psicopedagogia destaca-se como campo de mediação dos processos de aprendizagem, articulando desenvolvimento, ensino e inclusão. O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da intervenção psicopedagógica no atendimento a estudantes com TEA, evidenciando estratégias que promovam a aprendizagem significativa na perspectiva dos direitos humanos, da justiça social e da educação inclusiva. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, estruturada como relato de experiência da atuação profissional de uma psicopedagoga, fundamentado na análise de três casos clínicos acompanhados em contexto de atendimento psicopedagógico individualizado.

Para fundamentar a análise das experiências profissionais relatadas, a discussão teórica articula os fundamentos da psicopedagogia, as singularidades dos processos de aprendizagem de estudantes com TEA e os princípios da aprendizagem significativa, da

[1] Psicopedagoga e professora na rede Estadual de Educação em Juína-MT, natanielly.freitas@edu.mt.gov.br.
[2] Professora Adjunta da Universidade Federal de Rondonópolis – MT, aline.savio@ufr.edu.br.
[3] Professor Adjunt da Universidade Federal de Rondonópolis – MT, antonio.moraes@ufr.edu.br

ISSN: 2358-8829

educação inclusiva e da justiça social. Essa aproximação busca compreender como os conhecimentos construídos na prática psicopedagógica podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias que reconheçam as potencialidades dos estudantes e favoreçam sua participação nos processos de ensino-aprendizagem.

Para compreender os processos de aprendizagem, o estudo dialoga com as contribuições de Vygotsky (1998), Fernández (1991), Visca (1987), Freire (1996), Ausubel (2003) e Mantoan (2003). Esses referenciais permitem considerar a mediação, a subjetividade, os conhecimentos prévios e as condições de participação dos estudantes nos processos educativos. Na perspectiva de Ausubel (2003), a aprendizagem significativa ocorre quando novos conhecimentos estabelecem relações com aqueles já existentes na estrutura cognitiva do sujeito. Essa compreensão contribui para a construção de intervenções psicopedagógicas que valorizem as experiências, os interesses e as potencialidades individuais, articulando os processos de ensino-aprendizagem aos princípios da educação inclusiva.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, em sua quinta edição, texto revisado (DSM-5-TR), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por dificuldades persistentes na comunicação e na interação social em diferentes contextos, envolvendo aspectos relacionados à reciprocidade socioemocional, à comunicação não verbal e ao desenvolvimento, à manutenção e à compreensão das relações interpessoais. Também são identificados padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, que podem incluir movimentos estereotipados, insistência em rotinas, interesses específicos e particularidades no processamento sensorial.

Essas características apresentam manifestações e intensidades variadas, considerando as singularidades de cada pessoa e suas necessidades de apoio. Nessa perspectiva, compreender o autismo como espectro implica reconhecer a heterogeneidade dos perfis de desenvolvimento, evitando interpretações generalizantes e favorecendo a construção de estratégias educacionais e psicopedagógicas individualizadas (American Psychiatric Association, 2023).

Desse modo, depreende-se que a aprendizagem de pessoas com TEA requer um olhar atento às suas singularidades individuais, uma vez que o diagnóstico clínico não padroniza os modos de apropriação do conhecimento. Ancorando-se na teoria histórico-cultural de Vygotsky (1998), entende-se que o desenvolvimento ocorre mediante as

ISSN: 2358-8829

interações sociais e as mediações pedagógicas. No cenário do TEA, contudo, nuances na comunicação, na flexibilidade cognitiva e na interação social demandam estratégias específicas, sob o risco de comprometer a construção do conhecimento na ausência de intervenções adequadas. As particularidades do processamento sensorial também podem influenciar a maneira como cada estudante percebe e responde aos estímulos presentes nos ambientes de aprendizagem. Torna-se indispensável, portanto, o planejamento de práticas educativas estruturadas e inclusivas que validem essas especificidades e viabilizem o desenvolvimento pleno do estudante.

Na perspectiva da educação inclusiva, as diferenças presentes nos processos de aprendizagem não devem ser compreendidas como justificativas para a exclusão, mas como elementos que exigem a construção de práticas pedagógicas acessíveis, contextualizadas e comprometidas com a equidade. A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) reafirma o compromisso com uma educação capaz de acolher estudantes com diferentes necessidades educacionais, assegurando oportunidades de acesso, participação e aprendizagem. Em diálogo com essa compreensão, Mantoan (2003) defende que a inclusão pressupõe a transformação das práticas escolares, superando modelos padronizados de ensino que desconsideram a diversidade humana.

Nesse cenário, a psicopedagogia assume importante papel na construção de estratégias inclusivas e significativas. Para Visca (1987), a intervenção psicopedagógica deve compreender o sujeito em sua relação com a aprendizagem, buscando identificar obstáculos, potencialidades e possibilidades de mediação capazes de favorecer o desenvolvimento cognitivo e emocional. Fernández (1991), destaca que a aprendizagem está diretamente relacionada à subjetividade, ao desejo de aprender e às experiências vivenciadas pelo sujeito, o que reforça a necessidade de práticas que respeitem as singularidades e valorizem os interesses dos estudantes.

A articulação entre os fundamentos da psicopedagogia clínica, a compreensão das singularidades do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os princípios da aprendizagem significativa permite reconhecer que os processos de ensino-aprendizagem não podem ser reduzidos à aplicação de técnicas ou à superação de dificuldades individuais. A atuação psicopedagógica exige uma compreensão integral do sujeito, considerando sua trajetória de desenvolvimento, seus conhecimentos prévios, suas potencialidades e as condições sociais e educacionais que influenciam suas experiências de aprendizagem. Sob a perspectiva da educação inclusiva e da justiça social, essa compreensão amplia o compromisso profissional para além do atendimento clínico,

ISSN: 2358-8829

reconhecendo a importância da articulação com as famílias, as escolas e as políticas públicas na garantia de oportunidades equitativas de aprendizagem. Esses pressupostos fundamentam a análise das experiências profissionais apresentadas neste estudo, possibilitando examinar as estratégias de mediação desenvolvidas e suas contribuições para a participação, a autonomia e a construção de conhecimentos dos estudantes com TEA.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter descritivo-reflexivo, desenvolvida na modalidade de relato de experiência da atuação psicopedagógica clínica, a partir de três casos de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As experiências foram construídas ao longo da trajetória profissional de uma psicopedagoga, em contexto de atendimentos individualizados, contemplando o processo de avaliação psicopedagógica, o planejamento das estratégias de aprendizagem e o desenvolvimento das intervenções. A abordagem qualitativa possibilita compreender as singularidades dos processos de aprendizagem e refletir sobre as práticas profissionais, considerando as dimensões cognitivas, emocionais, sociais e educacionais envolvidas (Minayo, 2014).

A produção dos dados ocorreu a partir dos registros das sessões, das observações sistemáticas, dos instrumentos psicopedagógicos utilizados durante os atendimentos e dos relatos reflexivos elaborados ao longo da prática profissional. Foram consideradas as informações relacionadas ao desenvolvimento e à trajetória de aprendizagem dos estudantes, incluindo aspectos identificados nas avaliações clínicas, nos relatos dos responsáveis e nas informações provenientes do contexto escolar. Esses elementos subsidiaram a compreensão das necessidades e potencialidades individuais, orientando o planejamento das intervenções psicopedagógicas.

A organização e a interpretação dos dados foram orientadas pela técnica de análise de conteúdo, tomando como referência as contribuições de Bardin (2011), especialmente no que se refere à identificação e à sistematização de aspectos significativos presentes nos registros. A análise assumiu caráter descritivo-reflexivo, considerando as estratégias de mediação desenvolvidas, a utilização de recursos visuais, a organização estruturada do ambiente, a valorização dos interesses dos estudantes e a flexibilização das práticas de intervenção.

ISSN: 2358-8829

Para a apresentação dos resultados, optou-se por uma análise integrada dos três casos clínicos, considerando os aspectos recorrentes e as particularidades observadas ao longo dos atendimentos, sem a descrição individualizada de cada estudante. Essa organização permitiu discutir as experiências profissionais a partir das estratégias psicopedagógicas utilizadas e de suas possíveis contribuições para o engajamento, a comunicação e a construção de aprendizagens significativas. A interpretação foi articulada aos referenciais teóricos da psicopedagogia, da aprendizagem significativa e da educação inclusiva, buscando compreender as possibilidades e os desafios da intervenção psicopedagógica na perspectiva dos direitos humanos e da justiça social.

Considerando a natureza do relato de experiência, as reflexões apresentadas não pretendem estabelecer generalizações ou relações causais entre as intervenções e os avanços observados. Busca-se sistematizar os conhecimentos construídos na prática profissional e contribuir para a discussão de estratégias psicopedagógicas comprometidas com o reconhecimento das singularidades e com a garantia do direito à aprendizagem. A apresentação integrada dos casos também busca preservar a identidade dos estudantes e a confidencialidade das informações provenientes dos atendimentos clínicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicopedagogia clínica constitui um campo de atuação voltado à compreensão dos processos de aprendizagem, considerando as dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais que atravessam o desenvolvimento humano. Sua prática fundamenta-se na avaliação psicopedagógica e na identificação das potencialidades, singularidades e barreiras que interferem na aprendizagem, orientando a construção de estratégias de intervenção contextualizadas. No atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa atuação assume relevância ao reconhecer os diferentes modos de aprender e estabelecer mediações que favoreçam a construção de conhecimentos, a autonomia e a participação nas experiências educativas, em diálogo com as famílias, a escola e outros profissionais.

As experiências construídas ao longo da trajetória profissional da psicopedagoga, apresentadas neste relato, permitem refletir sobre as contribuições de intervenções planejadas a partir de avaliações que considerem o sujeito em sua integralidade. Nesse processo, a identificação das necessidades e potencialidades individuais orienta a elaboração de estratégias de aprendizagem significativa, respeitando os ritmos, os interesses e as formas de participação de cada estudante. A experiência evidencia, ainda,

ISSN: 2358-8829

a importância de compreender o desenvolvimento para além da aquisição de habilidades escolares, considerando também a autonomia, as relações sociais e a qualidade de vida.

O reconhecimento das possibilidades da intervenção psicopedagógica exige também problematizar as desigualdades que condicionam o acesso aos atendimentos especializados. A oferta de acompanhamentos individualizados e qualificados não pode permanecer restrita às famílias que dispõem de recursos financeiros para custeá-los. Sob a perspectiva dos direitos humanos e da justiça social, a equidade pressupõe assegurar a cada sujeito as condições e os apoios necessários à sua aprendizagem, reconhecendo que as diferenças não devem constituir justificativas para a exclusão. Dessa forma, a atuação psicopedagógica, quando articulada às práticas educacionais inclusivas e às políticas públicas, pode contribuir para o enfrentamento das barreiras que limitam o desenvolvimento e a participação das pessoas com TEA.

Nesse sentido, o presente relato de experiência também aponta para a necessidade de ampliar o debate sobre a inserção e a oferta de atendimento psicopedagógico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de políticas públicas que assegurem acesso gratuito, equitativo e territorialmente abrangente às pessoas que necessitem desse acompanhamento. Defende-se uma perspectiva intersetorial, articulando saúde, educação e assistência social, de modo que o cuidado e os processos de ensino-aprendizagem sejam compreendidos como responsabilidades coletivas, e não como encargos exclusivos das famílias. Assim, a ampliação do acesso a intervenções psicopedagógicas qualificadas representa uma possibilidade de fortalecimento da educação inclusiva e de avanço na efetivação da justiça social, reafirmando que as oportunidades de aprender, desenvolver-se e participar da vida social não devem ser determinadas pelas condições socioeconômicas dos sujeitos.

As experiências analisadas contemplam o acompanhamento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desde o processo de avaliação psicopedagógica até o desenvolvimento das intervenções individualizadas. Essa trajetória possibilitou compreender a importância da psicopedagogia nos processos de aprendizagem, considerando que uma avaliação criteriosa permite conhecer o estudante em sua integralidade. Nesse processo, são investigados aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, à trajetória de aprendizagem, às necessidades, às potencialidades e às dificuldades apresentadas, articulando as informações fornecidas pelos responsáveis, as observações da escola e os elementos identificados durante os atendimentos clínicos. A partir dessa compreensão, torna-se possível elaborar o Plano de

ISSN: 2358-8829

Desenvolvimento Individual (PDI), orientando a definição de objetivos, estratégias e intervenções compatíveis com as singularidades de cada estudante.

A análise dos registros produzidos ao longo dos atendimentos psicopedagógicos permitiu identificar aspectos relevantes relacionados à mediação da aprendizagem, à organização do ambiente, à utilização de recursos visuais e à valorização dos interesses dos estudantes. As observações sistemáticas, os instrumentos psicopedagógicos e os registros reflexivos da prática profissional contribuíram para compreender como as estratégias individualizadas favoreceram o envolvimento nas atividades propostas e a construção de possibilidades de aprendizagem. Nesse contexto, evidenciou-se a importância de intervenções flexíveis, planejadas e continuamente avaliadas, considerando os diferentes ritmos, formas de comunicação e modos de participação dos estudantes com TEA.

As experiências relatadas também permitiram reconhecer que a intervenção psicopedagógica não se limita ao desenvolvimento de habilidades escolares, mas contempla aspectos relacionados à construção de vínculos, ao fortalecimento da comunicação, à autonomia e à valorização das potencialidades de cada estudante. Nessa perspectiva, a atuação psicopedagógica contribui para ampliar a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem, questionando práticas padronizadas que desconsideram as singularidades dos sujeitos. Os relatos evidenciam, portanto, a relevância de uma prática profissional fundamentada na avaliação individualizada, na mediação e no reconhecimento das diferenças, articulando os conhecimentos construídos no contexto clínico aos princípios da aprendizagem significativa e da educação inclusiva.

As experiências analisadas permitem reafirmar a importância da atuação do psicopedagogo clínico na compreensão das singularidades dos processos de aprendizagem, evidenciando que sua prática não se confunde com o reforço escolar. Enquanto o reforço escolar se concentra, predominantemente, na retomada e na consolidação de conteúdos curriculares, a intervenção psicopedagógica clínica busca compreender como o sujeito aprende, quais fatores interferem nesse processo e quais estratégias podem favorecer a construção de conhecimentos. Nesse sentido, a avaliação psicopedagógica constitui um elemento fundamental para a identificação das potencialidades, das necessidades e das barreiras à aprendizagem, orientando a elaboração de intervenções individualizadas e fundamentadas.

No atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa distinção assume especial relevância, pois exige considerar os diferentes modos de

ISSN: 2358-8829

comunicação, interação e aprendizagem, sem reduzir o estudante às suas dificuldades ou ao diagnóstico. Assim, o papel do psicopedagogo clínico ultrapassa a aplicação de atividades ou a recuperação de conteúdos escolares, constituindo-se como uma atuação especializada de avaliação, mediação e acompanhamento dos processos de aprendizagem, em articulação com a família, a escola e outros profissionais. As experiências relatadas apontam, portanto, para a necessidade de reconhecer e fortalecer essa atuação, assegurando que o acesso a intervenções psicopedagógicas qualificadas não seja um privilégio de determinadas famílias, mas uma possibilidade efetiva de promoção da aprendizagem, da inclusão e da justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência possibilitou refletir sobre as contribuições da psicopedagogia clínica para os processos de aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando as experiências construídas ao longo da trajetória profissional de uma psicopedagoga. As vivências analisadas evidenciaram a importância de intervenções individualizadas, fundamentadas em avaliações criteriosas que reconheçam as singularidades, as potencialidades e as necessidades de cada estudante. Nesse contexto, a utilização de recursos visuais, a organização do ambiente, a valorização dos interesses individuais e a flexibilização das estratégias de mediação constituíram possibilidades relevantes para favorecer o engajamento, a comunicação e a construção de aprendizagens significativas.

As experiências também permitiram reconhecer que a atuação do psicopedagogo clínico não se restringe ao reforço de conteúdos escolares, uma vez que sua especificidade está na compreensão dos processos de aprendizagem e na identificação dos fatores que podem favorecê-los ou dificultá-los. A avaliação psicopedagógica, associada ao diálogo com as famílias, a escola e outros profissionais, possibilita a elaboração de intervenções contextualizadas, considerando o estudante em sua integralidade. Nessa perspectiva, a psicopedagogia clínica pode contribuir não apenas para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à aprendizagem, mas também para o fortalecimento da autonomia, da participação social e da qualidade de vida.

Entretanto, reconhecer as contribuições dessa atuação exige considerar as desigualdades sociais e econômicas que ainda limitam o acesso de inúmeras famílias aos atendimentos especializados. A oferta de intervenções psicopedagógicas qualificadas não deve constituir privilégio daqueles que possuem condições financeiras para custeá-las.

ISSN: 2358-8829

Nesse sentido, o relato aponta para a necessidade de ampliar o debate sobre políticas públicas que contemplem o atendimento psicopedagógico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), articulado às políticas educacionais e de assistência social. Tal proposição fundamenta-se na compreensão de que a justiça social pressupõe não apenas o reconhecimento das diferenças, mas a garantia de condições equitativas de acesso aos apoios necessários aos processos de ensino-aprendizagem.

Cabe reconhecer que as experiências apresentadas possuem caráter situado e não permitem generalizar os resultados ou estabelecer relações causais entre as intervenções e os avanços observados. Contudo, oferecem elementos para a reflexão sobre a prática psicopedagógica, valorizando os conhecimentos construídos na experiência profissional e suas possibilidades de diálogo com a pesquisa científica e a educação inclusiva.

Conclui-se, portanto, que a psicopedagogia clínica, quando fundamentada em conhecimentos científicos, avaliações individualizadas e práticas comprometidas com as singularidades humanas, pode constituir uma importante possibilidade de apoio aos processos de aprendizagem de estudantes com TEA. Sua contribuição ultrapassa a dimensão individual dos atendimentos, estabelecendo relações com a defesa do direito à educação, à participação e ao desenvolvimento integral. Avançar na perspectiva da justiça social significa reconhecer que intervenções de qualidade e oportunidades de aprendizagem não podem depender das condições econômicas das famílias, mas devem integrar o compromisso coletivo com a inclusão, a equidade e a garantia de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia, Educação Inclusiva, Justiça Social.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Tradução de Lígia Teopisto. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Tradução de Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

ISSN: 2358-8829

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994. Disponível em: https://bibliotecadigital.mj.gov.br/handle/1/13104. Acesso em: 28 out. 2026.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.